



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS - BAURU



A Educação Física no Processo de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Contexto Escolar

Azor Cardoso Neto

Bauru

2022

Azor Cardoso Neto

**A Educação Física no Processo de Inclusão da
Pessoa com Deficiência no Contexto Escolar**

Orientador: MILTON VIEIRA DO PRADO JUNIOR

Monografia apresentada ao Departamento de Educação Física da Faculdade de Ciências, UNESP – Campus de Bauru, como requisito de Conclusão de curso em Licenciatura em Educação Física, sob orientação do Prof. Dr. Milton Vieira Do Prado Júnior

Bauru

2022

Cardoso Neto, Azor

C268e A Educação Física no Processo de Inclusão da
Pessoa com Deficiência no Contexto Escolar / Azor
Cardoso Neto. -- Bauru, 2022

28 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura -
Educação Física) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru

Orientador: Milton Vieira Do Prado Junior

1. Inclusão. 2. Pessoas com deficiência. 3.
Educação física. 4. Educação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.

Biblioteca da Faculdade de Ciências, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, irmãs, tias Thereza, Bernadete. Lilia principalmente mãe e avó que estão me olhando e me apoiando espiritualmente sempre, e por elas que me apeguei em terminar minha graduação. Definitivamente não foram momentos fáceis, mas de muita aprendizagem.

Em especial minha prima Bhárbara que sabe da importância em minha vida e o quanto me deu forças para continuar.

A minha Irmã Ana Thereza, a você obrigado por sempre me dar forças, atenção e me lembrar da importância de estar formado, meu espelho na graduação.

Na escola onde estudei durante o ensino fundamental e médio, todos meus professores que de alguma forma contribuíram para minha chegada até aqui, em especial Diretora Roseli Alves, pela paciência e ajuda em todos momentos.

Agradeço ao meu orientador pela paciência, compreensão, e principalmente pela sua competência por sempre me ajudar a resolver meus problemas acadêmicos, pois sei que sem ele não conseguiria chegar onde estou hoje.

Agradeço aos meus amigos, principalmente àqueles que conseguiram aliar momentos de lazer com momentos de estudos e fizeram tudo dar certo, pois sei que sempre me deram força neste período de graduação.

Agradeço a todos meus professores da graduação, que me fizeram entender muitas coisas, apesar dos desentendimentos, tenho certeza que todos contribuíram de uma forma mais que positiva para meu futuro, e também aos funcionários.

Agradeço a todos que contribuíram para minha formação, direta ou indiretamente, de forma positiva ou negativa, pois sei que das duas formas sempre estaremos aprendendo.

RESUMO

O processo de inclusão do aluno PCD na escola vem a cada dia passando por um processo de melhoria e adaptações, quando falamos deste processo temos que lembrar do quanto é importante a participação de todos os alunos neste modelo de ensino. A formação de professores em educação é um assunto bastante abrangente, porém quando se fala da formação do mesmo profissional para atuar com crianças com deficiência, seja ela física ou intelectual, cabem ainda muitos estudos. Trabalhos revisados na literatura recentemente, sobre a temática nos indicam um caminho para o processo de inclusão com os trabalhos de tutoria nas escolas. O tema do estudo foi trazer à tona o processo de inclusão, suas dificuldades e suas soluções para tornar a escola cada dia mais inclusiva, sendo assim o objetivo do presente estudo foi analisar na literatura estudos que nos apresenta o histórico do processo inclusivo que vem ocorrendo na disciplina Educação Física no sistema escolar, visando identificar como está ocorrendo a inclusão da PCD na dinâmica das aulas. Conclui-se que é de extrema importância continuar a disseminar informação válida para promover a consciência social e a inclusão nas escolas seja ela particular, ou estadual, e assim garantir que todos os seus direitos sejam de fato atendidos.

Palavras-chave: Inclusão, educação física, pessoas com deficiência, educação.

ABSTRACT

The process of inclusion of the PCD student in the school goes through a process of improvement and adaptations every day, when we talk about this process we have to remember how important the participation of all students in this teaching model is. The training of teachers in education is a very comprehensive subject, but when it comes to the training of the same professional to work with children with disabilities, whether physical or intellectual, there are still many studies. Works reviewed in the literature recently on the subject show us a path to the process of inclusion with tutoring in schools. The theme of the study was to bring to light the inclusion process, its difficulties and its solutions to make the school more inclusive every day, so the objective of the present study was to analyze in the literature studies that present us with the history of the inclusive process that has been taking place. in the discipline Physical Education in the school system, aiming to identify how the inclusion of PWD in the dynamics of classes is taking place. It is concluded that it is extremely important to continue to disseminate valid information to promote social awareness and inclusion in schools, whether private or state, and thus ensure that all their rights are actually met.

KEY WORDS: Inclusion, physical education, people with disabilities, education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. OBJETIVO	13
3 REVISÃO DA LITERATURA	14
3.1 Marco Teórico / Histórico	14
3.2 A educação física e a inclusão na escola	16
3.3 Formação de Professores e educação física	18
3.4 Estudos que mostram o processo de inclusão nas escolas	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa surgiu no período da graduação, onde durante as aulas de educação física adaptada me peguei pensando sobre como as escolas de ensino regular estão recebendo seus alunos PCDs, isto por que em minha família existe um caso, sendo assim me fez refletir se as escolas realmente estão preparadas para assumir este papel? Será que os alunos PCDs se encontram incluídos nas aulas de Educação Física? Por que a família deve optar pela escola regular e não uma escola/ambientes assistencialistas? E será que existe uma melhora na qualidade de vida deste aluno nas escolas regulares?

Por muito tempo, pessoas com deficiência (PCD) tiveram seu protagonismo anulado dentro de diversos contextos sociais. Portanto, a inclusão se fez necessário desde sempre para promover as potencialidades dessas pessoas em todos os âmbitos sociais (SILVA, 2021).

Durante toda a história a PCD foi discriminada e maltratada. A sociedade a via como seres incapazes e improdutivos. Consideravam apenas a sua limitação e não suas potencialidades (SOUZA, 2002). Arruda (2010) argumenta que já é possível encontrar iniciativas diversas na sociedade visando a inclusão de pessoas com deficiência. Isto ocorre desde adequações de espaços físicos até mudanças em procedimentos nas diferentes áreas do conhecimento. Exemplo desta realidade é a adequação de banheiros, espaço reservado nos auditórios de shows e estacionamentos, até a introdução da linguagem de libras e alguns programas televisivos.

Muito do que ocorre nos dias atuais, são fruto de uma árdua luta dentro de uma sociedade que historicamente, pode ser caracterizada como preconceituosa. Vale destacar, que a obrigatoriedade da inclusão da (PCD) no mercado de trabalho e no sistema escolar, ocorreu devido à criação de leis e será aplicada na prática, muitas vezes, de forma impositiva, sem garantia de que a população realmente entenda, reconheça e atue de forma inclusiva (SOUZA,2002).

. Quando verificamos a literatura sobre a inclusão, percebe-se que é um assunto cada vez mais discutido na sociedade em geral, e principalmente no âmbito escolar (SALERMO; ARAÚJO, 2008). A partir do surgimento de instituições e associações que atendem e estimulam a PCD, houve o aumento no interesse de

profissionais e pesquisadores em estudarem e atuarem com essas pessoas, modificando sua realidade (SOUZA, 2002).

A partir de então, começou a necessidade de oferecer oportunidades educacionais, de lazer e trabalho para esse grupo. Estas mudanças proporcionaram a comunidade maior consciência da individualidade e potencialidade dessa parcela da população, transformando o paradigma existente em uma realidade de oportunidades e realizações (ADAMOLI *et al.*, 2001).

A inclusão nas escolas é um direito legalmente estabelecido (BRASIL, 1996). Porém, conforme Silva e Volpini (2014), o processo de inclusão ainda é caracterizado como recente, fazendo com que sua efetividade no âmbito escolar perpassa por barreiras, como, por exemplo, a falta de material adequado para os professores, bem como de cursos para os mesmos se inteirarem mais ao assunto.

De acordo com a nossa Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica lei número 9.394/96 em seu capítulo V, artigos 58, 59 e 60 (BRASIL, 1996) todas as escolas são obrigadas a receberem alunos que possuem algum tipo de deficiência física ou cognitiva, e assegurarão ao educando: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades. Assim, coloca que a educação desse público deve se dar de preferência na rede regular de ensino, o que traz uma nova concepção na forma de entender a educação e integração dessas pessoas.

A escola possui como função transmitir e veicular saberes para toda a sociedade. Através de diálogos e da criação de vínculos com a comunidade em que está inserida, deve romper com a exclusão que perpetua há anos em nossa sociedade. Dessa forma, sua principal função é a de inserir num mundo todos os que são excluídos continuamente.

Hoje, a inclusão do aluno com deficiência representa um desafio ainda a ser superado, desde a modalidade de Educação Infantil até o Ensino Superior, em instituições públicas e privadas (DUARTE *et. al.*, 2013). No Brasil, esse alunado em processo de inclusão na educação básica foi garantido a partir das Declarações de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e de Salamanca (UNESCO, 1994).

Segundo WINNICK (2004) a Educação Física Adaptada é uma área da Educação Física escolar, onde o desenvolvimento de jogos, brincadeiras, danças e esportes são adaptados às necessidades dos alunos deficientes, visando superar a

exclusão que comumente ocorre nas aulas ou tendo por objetivo atingir uma participação satisfatória de todos os alunos nas aulas.

A inserção de pessoas com deficiência na sociedade foi, de maneira geral, bastante lenta e precisou ser reorganizada com o passar do tempo. Passar de atividades com enfoque médico para atividades embasadas em um contexto pedagógico perpassou por um processo de inclusão na própria sociedade. A educação física adaptada, dentro do ensino regular, está embasada em um programa que visa garantir atividades físicas para a população em geral, oferecendo todo o apoio que e faz necessário para que o profissional possa atuar embasado, garantindo os direitos das pessoas.

Garantir que as pessoas possam realizar atividades físicas com qualidade, alcançando suas potencialidades nas mais diversas situações é um desafio. Tratar de nomenclaturas, conceitos e definições não é simples, porém ainda podemos retratar a educação física adaptada como uma parte da educação física, visando atender pessoas que vão além de pessoas com deficiência, onde seu principal foco deve ser o desenvolvimento da cultura corporal de movimento (GREGUOL; COSTA, 2013).

SOUZA (2002) argumenta que com o surgimento da Educação Física Adaptada e de pesquisas relacionadas à área vem conseguindo modificar significativamente essa visão e a inclusão nas escolas.

Estudos recentes sobre a temática de inclusão, tem se concentrado em vários âmbitos, e de maneira geral tem a tentativa de investigar a percepção dos pais de alunos com deficiência e de professores sobre a inclusão nas aulas de educação física, assim como as adaptações curriculares, estratégias no ensino e ainda a percepção de alunos com deficiência. (Freitas ET al.,2015; Vitta ET al.,2010)

Já são percebidos alguns esforços com o intuito de contribuir com este processo, como por exemplo a investigação da percepção de crianças sem deficiência sobre a inclusão na prática esportiva (HARNISCH, 2017), bem como a percepção de alunos sem deficiência nas aulas de EF e na escola como um todo, principalmente na realidade internacional (TESSARO et al., 2005; FREDERIKSON, 2010; FACIOLA; PONTES; SILVA, 2012; MOREIRA, 2014, FERREIRA, 2014).

A EF(educação física) para alunos com deficiência no âmbito escolar tem se tornado alvo de muitas investigações e debates, decorrente do representativo número de crianças e adolescentes com deficiências matriculadas nas escolas de ensino

regular. Porém, segundo SANTOS (2018) o processo de inclusão no ensino formal ainda é baixo, em especial, quando observamos o ensino médio e universitário.

A Educação Física Escolar é uma disciplina que possui um importante papel no processo inclusivo devido a sua riqueza de relações e possibilidades de adaptações nas atividades, por exemplo, incluindo a figura do Colega tutor que auxilia a PCD no desenvolvimento das atividades como proposto por Godoy (2010) e Santoro (2010) em seu estudo no contexto escolar.

A tutoria é uma proposta de trabalho colaborativo designado para beneficiar o estudante com deficiência junto ao seu tutor. Essa estratégia tem como recurso didático o Colega Tutor, que interage com um colega de classe com deficiência (tutorado) auxiliando-o nas atividades em aula (ORLANDO, 2007).

A tutoria permite o engajamento ativo de estudantes com deficiência nas aulas (LEE; WARD, 2002). Segundo Fiorini e Nabeiro (2013), a tutoria valoriza a cooperação mútua entre os estudantes e o respeito às diferenças.

De acordo com Mortweet et al. (1999) e Greenwood et al. (2001) em seus estudos, demonstram que a tutoria beneficia os estudantes com deficiência, melhorando a aprendizagem e favorecendo a assimilação das instruções, em comparação às aulas não assistidas por tutores.

Tournaki e Criscitiello (2003), Otaiba, Schatschneider e Silverman (2005) e Gonçalves e Ribeiro (2008) afirmam que a tutoria contribui no processo de inclusão escolar, beneficiando ambos os estudantes, tutores e estudantes com deficiência, melhorando as habilidades acadêmicas e as relações sociais

Portanto, a inclusão de alunos com deficiência nas aulas da Educação Física no Ensino Regular é importante para aspecto físico-motor, psicológico e social o que contribui positivamente para qualidade de vida e suas relações interpessoais.

A Educação Física Adaptada e inclusiva é uma ferramenta utilizada e eficaz para proporcionar aulas de Educação Física para pessoas com deficiência em ambientes exclusivos de trabalho com esta população. Isto é reforçado por Souza (2002) quando estudou ambientes na cidade de Bauru-SP que atendem PCDs.

Porém, percebemos na literatura (DIMAS et al. 2013; MARTINS et al. 2014; SALLES et al. 2015) que essa prática ainda pode ser mais explorada no âmbito escolar para garantir a inclusão da PCD. Dessa forma, a problemática que direciona a pesquisa é: Desde a mudança na legislação até os dias atuais os professores estão

aptos para assumir esta mudança? Quais os trabalhos percebidos até o presente momento para assumir este papel tão importante?

2. OBJETIVO

O objetivo do presente estudo foi analisar na literatura estudos que nos apresenta o histórico do processo inclusivo que vem ocorrendo na disciplina Educação Física no sistema escolar, visando identificar como está ocorrendo a inclusão da PCD na dinâmica das aulas.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Marco Teórico / Histórico

A educação especial passou a ser defendida a fim oportunizar uma educação de qualidade para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) dentro do ensino regular, quem compreende desde o ensino infantil, os Ensinos Fundamentais I e II e o Ensino Médio. Dessa maneira são considerados alunos com deficiência, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva aqueles que possuem deficiência intelectual/cognitiva, física, sensorial ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Através de leis já estabelecidas e de diversos estudos acadêmicos como os de (SASSAKI, 1997), (FREITAS e CIDADE, 2002), (DUARTE e SANTOS, 2003), (CASTRO, 2005), devemos enxergar a pessoa deficiente não pelo seu limite físico, psíquico ou social, mas sim pela pessoa, destacando suas possibilidades de aprender e criar, sabendo que tem limitações em alguns aspectos, assim como qualquer pessoa sem deficiência.

Tradicionalmente a educação especial se organizou como um atendimento educacional especializado, fora da escola tradicional, como um substituto ao ensino regular, havendo organizações especializadas nesse tipo de ensino, caracterizando os conceitos de normalidade/anormalidade.

No Brasil, quando se trata do atendimento à pessoa com deficiência, podemos relatar que seu início se deu com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, ocorrido em 1854, que atualmente se chama Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, que atualmente se chama Instituto Nacional de Educação de Surdos, ambos localizados no Rio de Janeiro. Já no século XX foi fundado o Instituto Pestalozzi, especializado na educação de pessoas com deficiência mental e a primeira APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Apenas em 1961 é que o atendimento educacional às pessoas com deficiência foi regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 7 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema regular de ensino.

A Lei nº. 5.692/71, que modificou a LDB de 1961, acabou não promovendo a organização de um ensino que fosse capaz de atender as necessidades educacionais das pessoas com deficiência e apenas reforçou o encaminhamento dessas pessoas para as instituições especiais; em 1973, quando é criado dentro do Ministério da Educação e Cultura (MEC) o Centro Nacional de Educação Especial (CENNEP), órgão que seria responsável por gerir a educação especial no Brasil, a educação especial foi impulsionada, porém através de ações isoladas do Estado. Dentro desse período não houve uma ação que realmente norteasse o acesso à educação especial.

A Constituição Federal (CF) de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV) e define, em seu artigo 205, a educação como sendo um direito de todos. Já no artigo 206, inciso I, estabelece deve haver a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e garante, como dever do Estado também a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº. 8.069/90 (BRASIL, 1990), artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passaram a influenciar a formulação das políticas públicas de educação inclusiva a partir de então, dessa maneira quando a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994) é criada em 1994, que regulamentada o processo de integração, determinando o acesso às classes regulares de educação, fica estabelecido que àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19) devem estar matriculados no ensino regular.

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos,

cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar a escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializa a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino prevista no seu artigo 2º.

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado

3.2 A educação física e a inclusão na escola

Quando mencionados os termos Esporte Adaptado, ou Educação Física Adaptada é comum remeter às aulas aplicadas em escolas especiais ou turmas cuja escola recebe alunos com deficiência. Em sua maioria, quando se trata de trabalhos acadêmicos usa-se o Esporte Adaptado como um meio facilitador e democrático para as pessoas com deficiência praticarem as modalidades esportivas (COSTA et al., 2014).

Na Educação Física Adaptada às estratégias passam a ser fundamentais, pois o professor irá intervir num universo que abrangem pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática de atividades físicas (PEDRINELLI; VERENGUER, 2008).

De acordo com Cidade e Freitas (1997) quando a Educação Física é adaptada ao aluno que possui alguma deficiência, ela possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, dando suporte na busca de um melhor desenvolvimento.

Nesse sentido, (BUENO e RESA, 1995) ressaltam que a Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência não diferencia da Educação Física convencional em seus conteúdos, porém suas técnicas e métodos organizacionais são aplicados às pessoas com deficiência, objetivando atender suas necessidades, através de planejamento para a atuação docente.

É de extrema importância entender que trabalhando a educação física adaptada, não só as pessoas com deficiência podem praticar esportes, como também leva a escola de modo geral a conhecer a deficiência e assim garantir que todos entendam que adaptações vem para somar e garantir a participação de todos, ou seja incluindo.

E neste contexto todos alunos que não tenham deficiência passam assim a entender e perceber as diferenças das percepções seja auditiva, visual, entre outras para a pratica do esporte. Essa interação com as diferenças pode fazer com que os alunos passem a respeitar as pessoas tanto dentro como fora da escola. (SALERNO, 2008 e ARAÚJO, 2014).

Outro ponto a considerar na elaboração de atividades para pessoas com deficiência, é a necessidade de adaptação dos materiais e equipamentos, bem como o local onde será realizado, o espaço (quadra coberta, pátios, etc.) precisa ser bem organizado, sem qualquer tipo de obstáculo que possa dificultar a locomoção dos alunos.

Na literatura são encontrados alguns tipos de suporte e/ou apoio que podem auxiliar os professores de EF, a exemplo do uso da tutoria por pares (BLOCK; OBRUSNIKOVA, 2007; SOUZA, 2008; NABEIRO, 2010; ORLANDO, 2010).

Ainda no contexto das adaptações nas estratégias de ensino, algo identificado na literatura e comum a diferentes autores é a indicação do colega tutor, sendo ele um aluno sem deficiência, voluntário, que auxilia o aluno com deficiência na realização das atividades das aulas de Educação Física (HOUSTON-WILSON et al., 1997; SOUZA, 2008; NABEIRO, 2010).

Os materiais utilizados também devem ser apropriados para cada tipo de modalidade e deficiência.

Logo, as estratégias se fazem necessárias a todo o momento na prática pedagógica do professor, sendo parte integrante e um fator condicionante para o ensino.

Do mesmo modo Carmello (2001) ressalta a estratégia é uma atividade constante, integrada a ação educativa e que deverá ser criativa com várias possibilidades de combinações em cada mudança, portanto, ela se caracteriza como complexa e em constante mudança, mas sempre presente na prática pedagógica. Portanto, o professor precisa ter um bom planejamento que vise atender às necessidades de seus alunos, contribuindo para o processo de ensino aprendizagem.

Para a escola se tornar inclusiva, ela deve ser um espaço aberto a todos, pois, sendo democrática e acolhedora, estará contemplando a todas as diferenças e individualidades (SOLER; 2005).

3.3 Formação de Professores e educação física

A formação profissional e as condições do trabalho do professor acabaram se tornando um objeto de preocupação e de estudo apenas quando a escola passou a assumir o papel que anteriormente era da igreja e da escola. Ao final do século XVII surgiu o primeiro estabelecimento de ensino voltado à formação de professores, o Seminário dos Mestres.

No século seguinte, após ser proposta no contexto da Revolução Francesa, foi criada a primeira Escola Normal, instalada em Paris, em 1795. Posteriormente houve a distinção entre Escola Normal e Escola Normal Superior, então voltada para a formação de professores, do ensino primário e secundário, respectivamente. Existia, portanto, duas formações docentes distintas, onde a primeira determina que os professores devem dominar os conteúdos, assim a formação didática acontece em decorrência de domínio teórico; a segunda teoria determina que a formação de professores apenas se completa quando há o preparo pedagógico didático.

No Brasil, a preocupação com a formação de professores ocorreu apenas após a independência e passou por momentos distintos, até chegar ao que se conhece como formação de professores do modelo atual.

A preocupação com a formação acadêmica e profissional para intervir na Educação Física Adaptada no Brasil teve início em meados de 1980.

Com base em estudos e análises sobre os relatórios do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, em 1981, do Projeto Integrado SEED/ Cenesp 1984/1985 e do Encontro de Planejamento do CENESP/UF, em 1985, constatou - se que o número de profissionais de Educação Física que atuava na área de Educação Especial era muito reduzido. Este fato ocorria por falta de cursos de atualização e falta de qualificação específica na graduação (PEDRINELLI e VERENGUER, 2005).

Ainda para os autores, com esse resultado formaram-se alguns cursos de capacitação profissional para dar início à difusão de conhecimentos e promover a inserção da disciplina Educação Física Adaptada no Ensino Superior

A partir da Resolução n. 03/87. Do Conselho Federal de Educação, observamos no início da década de 1990 a inserção da disciplina Educação Física Adaptada (ou Educação Física Especial, ou Educação Física Diferenciada) nos cursos de graduação de Educação Física.

Somente quinze anos depois, algumas instituições de ensino superior desenvolvem disciplinas somando até 400 horas-aula, como por exemplo Educação Física para Pessoas com Deficiência, Atividade Física para Pessoas com Deficiências Sensoriais e Múltiplas, Atividade Física para Pessoas com Deficiências Intelectuais e Distúrbios do Comportamento, entre outras.

“Uma atitude profissional que assume princípios baseados nas diferenças individuais é essencial (Sherrill, 1990 como citado em Pedrinelli & Verenguer, 2005, p.18). Saber lidar com toda a gama de diferenças fara com que aluno PCD seja de fato atendido em toda sua individualidade e posteriormente incluído no sistema de ensino.

A construção de uma atitude voltada para as capacidades dos alunos e não para sua deficiência é um grande desafio que deve ser superado pelos professores. Essa formação na área de Educação Física evoluiu muito nos últimos anos (PEDRINELLI e VERENGUER, 2005, p.18).

A inclusão levará ao aperfeiçoamento da capacitação profissional dos professores, constituindo uma ferramenta para que a escola se modernize em prol de uma sociedade sem preconceitos e discriminações.

No entanto, não se pode esquecer da qualidade. Para que a inclusão seja feita com êxito, é preciso coesão e disposição de todos os envolvidos no processo, inclusive dos próprios alunos. Essa deve ser a premissa maior do processo (GORGATTI et al, 2004).

A LDB (1996) define “que todos os professores de classes regulares ou especiais devem receber especialização adequada para lidar com todos os alunos, visando sempre que possível à integração em salas comuns”. Cursos que abordam a questão da deficiência e da integração são oferecidos para professores da rede regular de ensino, tanto nas redes particulares como redes estaduais.

Escolas públicas e particulares vêm manifestando a intenção de inserir programas inclusivos. Entretanto, em algumas circunstâncias é preciso verificar a viabilidade total dessas mudanças, visando o maior benefício possível para os alunos especiais (GORGATTI et al, 2004).

Segundo Gallardo (1996), a educação é capaz de conduzir os indivíduos a uma melhor formação, tornando-os capazes de desenvolver plenamente suas capacidades e atitudes. Nesta proposta, ele determina que a base organizacional de um grupo social passa por uma formação e capacitação humanas.

Essa formação no ambiente escolar fará sentido se o indivíduo for capaz de refletir, corrigir erros e decidir. Portanto, para se garantir uma formação crítica é preciso garantir condições para que o trabalho docente possa ocorrer de forma crítica também dentro da escola (SAVIANI, 2009), já que de nada serve um professor crítico dentro de uma escola acrítica, sendo necessário, portanto, que os recursos financeiros sejam suficientes para o trabalho, assim como a garantia de treinamento/ formação continuada, entre outros.

3.4 Estudos que mostram o processo de inclusão nas escolas

Em um estudo de Alves; e Fiorini (2018), veio nos mostrar a importância de promover a inclusão, nas aulas de educação física e a adaptação como caminho para o mesmo.

No estudo mostra a questão da estratégia dos professores para esta adaptação, estas estratégias consistem em modificações na forma de ensinar. Uma destas estratégias de ensino é por meio do suporte, isso é, prestar assistência física ao aluno com deficiência para que ele execute o movimento ou habilidade motora proposta em aula (BLOCK, 2007).

Ainda no contexto das adaptações nas estratégias de ensino, algo identificado na literatura e comum a diferentes autores é a indicação do colega tutor, sendo ele um aluno sem deficiência, voluntário, que auxilia o aluno com deficiência na realização

das atividades das aulas de Educação Física (HOUSTON-WILSON et al., 1997; SOUZA, 2008; NABEIRO, 2010).

Outra adaptação citada são as adaptações nos recursos pedagógicos têm como objetivo compensar determinadas dificuldades de agarre, limitações na mobilidade, limitações sensoriais, entre outras (MUNSTER, 2013).

Este estudo finaliza falando da importância de entender e se pensar o aluno PCD afinal este tem o direito a inclusão, como citado por (BOOTH; AINSCOW, 2002). A inclusão como um direito de todos enriquece o sistema educacional.

Em um estudo realizado por Fiorini e Nabeiro (2013), a formação de tutores para atuação nas aulas de EF em uma turma com alunos com deficiência demonstraram a sua efetividade para aumento da independência do aluno e também do seu contato social. Segundo os autores, o uso de colegas tutores formados melhorou o nível de participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física.

Na literatura são encontrados alguns tipos de suporte e/ou apoio que podem auxiliar os professores de EF, a exemplo do uso da tutoria por pares (BLOCK; OBRUSNIKOVA, 2007; SOUZA, 2008; NABEIRO, 2010; ORLANDO, 2010).

Em seu estudo Nakagaki (2010), fala sobre a importância do colega tutor, no processo de inclusão da pessoa com deficiência (PCD), no sistema escolar nas aulas de educação física.

O Estudo avaliou a participação do colega tutor nas aulas de educação física, sua capacidade de ajuda, e também a melhoria dos alunos PCD no que se diz respeito a se tornar mais participativo e ganha mais autonomia durante as aulas. Assim o estudo pode nos mostrar que fica evidente as mudanças de comportamento dos Alunos envolvidos seja o tutor ou tutorado, o tutor passou a se tornar mais responsável e por exemplo não deixar o aluno tutorado sozinho.

Outro ponto neste estudo foi mostrar que para o colega tutor se faz necessário que haja um treinamento constante afim de que o tutor sempre possa se atualizar, e não esquecer algumas técnicas que são de extrema importância neste processo de tutoramento.

Também o estudo de Godoy (2010) verificou a importância da figura do colega tutor para a inclusão da Pessoa com Deficiência Visual nas aulas de Educação Física. A pesquisa foi realizada com alunos deficientes visuais de uma escola estadual na cidade de Bauru, realizando a análise de situações em aulas.

Mais uma vez o estudo destaca a importância do colega tutor na vida destes escolares, uma maior participação dos alunos deficientes nas aulas é percebida, além de proporcionar para ambos, (tutor e tutorado) maior aprendizado.

O crescimento dos alunos tutores também é muito interessante, fazendo com que mesmo sendo crianças ganhem mais responsabilidades e conseqüentemente se tornem mais participativos nas aulas.

Conclui a autora que seria interessante pensando nesta escola inclusiva, aprofundar os debates quanto a formação de professores, e o papel da Educação Física neste processo de inclusão, através dos seus conteúdos, além de que existam novas estratégias de ensino que facilitem a inclusão do deficiente nas aulas, como propusemos a discussão sobre a estratégia dos colegas tutores.

Em outro estudo Souza, (2017) aborda também a questão da inclusão e o programa de tutor nas aulas de Ed Física, o estudo começa abordando que os professores de Educação Física do Ensino Comum (EFEC) sentem-se despreparados ou possuem formação insuficiente para atuar frente à diversidade, particularmente quando isso envolve prover um suporte apropriado para estudantes com deficiência (BLOCK; RIZZO, 1993).

Cabe então aos professores buscar estratégias para que os alunos PCDs sejam incluídos nas aulas surge então a proposta de trabalho colaborativo que visa proporcionar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas mais bem-sucedidas, uma vez que propõem uma parceria de trabalho entre pares (ARAÚJO;ALMEIDA, 2014).

Mais uma vez a estratégia utilizada é a de colega tutor, e que fossem em rede municipal de ensino, A escola onde foi realizado o estudo foi selecionada de acordo com os seguintes critérios de inclusão: possuir professor com formação inicial em Educação Física; possuir estudante(s) com deficiência(s) regularmente

matriculado(s) na escola. Os critérios para seleção da turma foram: apresentar estudante(s) com deficiência(s) frequentando as aulas de Educação Física (frequência igual ou superior a 75%); interesse e disponibilidade por parte do(a) professor(a) e dos estudantes (com e sem deficiência) em participar da pesquisa

O autor conclui em sua pesquisa a importância do colega tutor na vida destes escolares PCDs nas aulas de Ed Física, e que o desempenho dos colegas tutores faz com que os tutorados tenham um melhor desempenho nas aulas. Conclui ainda a importância de um programa de formação de tutores como forma de ajudar no processo de inclusão.

Outro trabalho importante na área se diz respeito ao coensino, de acordo com (GATTI e MUNSTER, 2021). O objetivo deste trabalho centra-se em descrever e analisar intervenções, por meio da aplicação do coensino pelos agentes protagonistas (PEF, ECD e seus pares), enquanto apoio para promover a inclusão de ECD no contexto da EFE, sob a perspectiva colaborativa.

Tratou-se de um estudo qualitativo, caracterizado como pesquisa colaborativa. A coleta de dados foi realizada em duas escolas do interior paulista. Os participantes foram três PEF, suas respectivas turmas e um professor colaborador especialista em EFE. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e observação sistemática.

O tratamento dos dados foi baseado em análise temática e os resultados foram apresentados em casos, conforme as categorias: a) comunicação; b) coplanejamento; c) distribuição compartilhada de instrução e avaliação; d) resolução de conflito.

No caso 1 e 2, foram positivos a intervenção, no caso 3 não, por dificuldades no coplanejamento. Conclui-se que a aplicação do coensino nas aulas de Educação Física é possível e viável, considerando que esta estratégia colaborativa supriu, de maneira específica, as necessidades dos PEF e ECD em dois casos, favorecendo a inclusão no contexto estudado, demonstrando assim que esta seria com certeza uma estratégia eficaz no processo de ensino e aprendizagem da PCD na educação física.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar na literatura estudos que nos apresenta o histórico do processo inclusivo que vem ocorrendo na disciplina Educação Física no sistema escolar, visando identificar como está ocorrendo a inclusão da PCD na dinâmica das aulas.

Percebemos na atualidade que o processo inclusão nas escolas vem ampliando, isto decorre tanto pela aplicação da legislação como também pela maior aceitação da PCD no Contexto escolar.

Nas aulas de Ed. Física é possível verificar que é um ambiente que possibilita maior condições de incluir, o colega tutor parece ser uma boa metodologia para esta efetivação, assim como trabalhar com o coensino, e ainda outros métodos de inclusão.

Ainda no que se diz respeito a inclusão e é necessária constante atualização dos professores através de formação continuada para garantir que a inclusão ocorra e também constante treinamento dos tutores afim de fazer com que estes se tornem cada vez mais aptos para ajudar no processo.

Parece-nos particularmente importante continuar a disseminar informação válida para promover a consciência social e a inclusão nas escolas seja ela particular, ou estadual.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M.L.T; FIORINI, M.L.S; **Como promover a inclusão nas aulas de educação física? A adaptação como caminho**. Revista da associação brasileira de atividade motora adaptada. v. 19 n. 1: Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt. Acessado 2 Março 2022]. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/issue/view/451>, 2018
- ARAÚJO,S. L. et al. **Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual**. Revista de Educação Especial, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 341-352,maio/ago. 2014.DOI: 10.5902/1984686x8639, 2014.
- ARRUDA,J.L. **O processo de inclusão da Pessoa Com Deficiência na Educação Física Escolar** . Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Licenciatura Em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2010.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90**. São Paulo, Atlas, 1991.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**, 1996
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/Seesp, 1994.
- BLOCK, M. E.; RIZZO, T. L. **Attitudes of physical educators toward teaching students with severe and profound disabilities.Paper presented at the AAHPERD National Convention**. March. Washington, D.C, 1993.
- BLOCK, M. E.; OBRUSNIKOVA, I. **Inclusion in Physical Education: a review of the literature from 1995-2005. Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 103-124, 2007
- BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z.**Educacion Fisica para niños y niñas com necesidades educativas especiales.Malaga** : Ediciones Aljibe, 1995.
- CASTRO, E. M. de. **Atividade Física: adaptada**. Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2005
- FREITAS, P. S; CIDADE, R. E.; **Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola. Integração**, São Paulo, v. 14, n., p.27-30, 01 jan. 2002.
- FREITAS, P. S; CIDADE, R. E.; **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência.Uberlândia**, 1997.
- COSTA, D. P. et al. **Esportes adaptados nas aulas de educação física: rumo à uma prática consciente**. In: V CONGRESSO SUDESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, Lavras-MG. GTT 05 - Escola. Lavras-mg: Sbpc. Disponível em:

<http://congressos.cbce.org.br/index.php/5sudeste/lavras/paper/viewFile/6268/3299>
Acesso em: 15/02/2022, 2014

DUARTE, E.; SANTOS, T. P. **Adaptação e inclusão. In: Atividade física para pessoas com necessidades especiais.** DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. (Org). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A pp. 93, 2003

FACIOLA, R.A.; PONTES, F.A.R.; SILVA, S.S.C.. **Um estudo bioecológico das relações de amizade em sala de aula inclusiva.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, n. 12, v. 1, p.76- 92, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v12n1/v12n1a05.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017

FERREIRA, R.M.L. **Relatório de Estágio Pedagógico.** (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. 2014.

FIORINI, M. L. S.; NABEIRO, M. **Treinamento de colegas tutores como auxílio à inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física.** ADAPTA, Presidente Prudente, v. 9, n.1, p. 13-18, jan./dez. 2013.

GATTI, M. R.; MUNSTER, M. de A.V. **Coensino e Educação Física escolar: intervenções voltadas à inclusão de estudantes com deficiência.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 34, p. e55/1–26, 2021. DOI: 10.5902/1984686X65968. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/65968>. Acesso em: 15 mar. 2022

GALLARDO, J. S. P. **A Formação Humana e a Capacitação. Apostila da disciplina Aspectos Filogenéticos e Ontogenéticos do Desenvolvimento Motor do Curso de Pós-Graduação,** Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.

GREENWOOD, C. R. et al. **Class wide peer tutoring learning management system: applications with elementary-level English language learners.** Remedial and Special Education, v. 22, n. 1, p. 34-47, jan./fev. 2001.

GREGUOL, M.; COSTA, R.F.(Org). **Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais.** 4 ed. Barueri/SP: Manole, 2019.

Godoy, M. R. B. **Colega tutor como estratégia na inclusão da criança com deficiência nas aulas regulares de educação física.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Licenciatura Em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2010.

GONÇALVES, T. M.; RIBEIRO, I. S. **Aprendizagem cooperativa e tutoria de pares entre crianças e adolescentes na escola.** Psicologia, Educação e Cultura, Porto, v. 12, n. 2, p. 295-314, 2008

Gorgatti, M.G.; et al. **Atitudes dos professores de Educação Física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência.** *Revista brasileira de Ciência e Movimento*, 12 (2), 63-68, 2004

HOUSTON-WILSON, C. et al. **Peer tutoring: a plan for instruction students of all abilities.** *Brazilian International Journal Adapted Physical Education Research*, v.68, n.6, p.39-44, 1997.

LEE, M.; WARD, P. **Peer tutoring: student centered learning in physical education for the 21st Century.** EBSCO Publishing, 2002

MARTINS, C. L. R. **Educação Física Inclusiva: Atitudes dos docentes.** *Movimento*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p.637-657, jun. 2014.

MOREIRA, M.F.L.S. **Aceitação de alunos com NEE pela turma.** 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa, 2014

NABEIRO, M. **O colega tutor nas aulas de educação física inclusiva. Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva.** Araraquara: Junqueira & Marin, p. 401-406, 2010.

NAKAGAKI, M.S. . **Análise do processo de inclusão de um deficiente físico nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Licenciatura Em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.. 2010.

ORLANDO, P.A - **A Inclusão e a Educação Física: Colega Tutor como estratégia de ensino.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Educação Física da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Bauru, 2007.

ORLANDO, P. D. **O colega tutor de estudantes com deficiência visual nas aulas de educação física.** 2010. 75 f. Dissertação. (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

OTAIBA, S. A.; SCHATSCHNEIDER, C.; SILVERMAN, E. **Tutor-assisted intensive learning strategies in kindergarten: how much is enough?** *Exceptionality*, v. 13, n. 4, p. 195-208, 2005. DOI: 10.1207/s15327035ex1304_2, 2005

PEDRINELLI, V. J; VERENGER, R.C.G. **Educação Física Adaptada: Introdução ao Universo das Possibilidades** In: M.G. Gorgatti & R.F. Costa. *Atividade Física Adaptada*. São Paulo: Manole, 2005.

SALERNO, M. B.; ARAÚJO, P. F. **Esporte adaptado como tema da educação física escolar.** *Conexões*, Campinas, v. 6, n. , p.212-221. Semestral. Disponível em: . Acesso em: 27 fev. 2022, 2008

SANTOS, L.R.G. **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA INCLUSÃO NOS ENSINOS MÉDIO E SUPERIOR EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NA CIDADE DE BAURU-SP**

Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2018.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, D. **Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

SILVA, L. D. **PRÁTICAS CORPORAIS RÍTMICAS E EXPRESSIVAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2021.

SILVA, F. N. R.; VOLPINI, M. N. **Inclusão escolar de alunos com deficiência física: conquistas e desafios**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, v. 1, n. 1, p. 18-29, 2014.

SOLER, R. **Educação Física Inclusiva na Escola em Busca de uma Escola Plural**. Rio de Janeiro; Sprint, 2005.

SOUZA, L. B. **Caracterização antropométrica de usuários da Apae Bauru-SP**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Licenciatura Em Educação Física), 2002.

SOUZA, J. V. **Tutoria: estratégias de ensino para inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física**. (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008

SOUZA, J. V. et al. **Programa de formação de colegas tutores: a tutoria no processo de inclusão escolar nas aulas de Educação Física**. Práxis Educativa, v. 12, n. 2, p. 373-394, 6 jul. 2017

TOURNAKI, N.; CRISCITIELLO, E. **Using peer tutoring as a part of successful behavior management**. *Teaching Exceptional Children*, v. 36, n. 2, p. 22-29, maio/jun. 2003

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Paris, UNESCO, 1994.

WINNICK, J. P. **Educação Física e Esporte adaptado**. São Paulo: Manole, 2004.